

An aerial photograph of a lush tropical forest, likely the Amazon, featuring a dense canopy of green trees and a prominent, winding river with brown water. The river meanders through the forest, creating a natural path through the dense vegetation. The overall scene is vibrant and shows a healthy, undisturbed ecosystem.

PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

SUMÁRIO EXECUTIVO





Instituto Chico Mendes de Conservação
da Biodiversidade – ICMBio

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO

Marcos Aurélio Venancio

Coordenação Geral de Avaliação de Impactos – CGIMP

Igor Matos Soares

EQSW 103/104 – Centro Administrativo Setor Sudoeste – Bloco D – 2º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF

Tel: 61 2028-9065 – fax 61 2028-9520

REDAÇÃO:

Redação: André Luís Macedo Vieira, Camilla Pais Faccin Bottecchia, Katia Torres Ribeiro, Luciana Lira Barros, Rayane Gadêlha Mariz.

P712 Plano de Conservação Estratégico para Território de Carajás : sumário executivo / organizadores: André Luís Macedo Vieira, et al. — Brasília : Qualyta LTDA, 2020. 28 p. :il.; 29 cm.

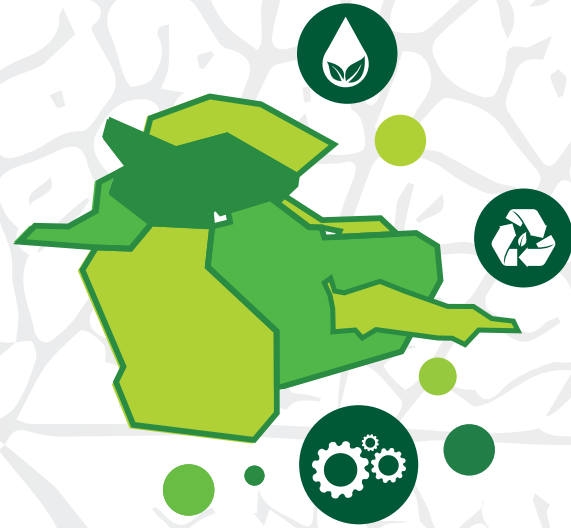
Inclui bibliografia.

ISBN (impresso) 978-65-5693-001-5

ISBN (eletrônico) 978-65-5693-002-2

1. Planejamento Ambiental Estratégico. 2. Conservação da biodiversidade. 3. Desenvolvimento socioambiental. 4. Sustentabilidade. 5. Meio ambiente. 6. Coordenação Geral de Avaliação de Impactos (CGIMP). I. Bottecchia, Camilla Pais Faccin, org. II. Ribeiro, Katia Torres, org. III. Barros, Luciana Lira, org. IV. Mariz, Rayane Gadêlha, org. V. Título.

CDU 577



**PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO
PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS**



Foto: João Marcos Rosa

Amanhecer esplêndido na imponente
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

INTRODUÇÃO

O conjunto de áreas protegidas de Carajás é composto por seis unidades de conservação (UCs) e uma terra indígena, que juntas formam um bloco de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, maior área de floresta amazônica contínua do sudeste do Pará. São elas: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional de Itacaiúnas, Reserva Biológica do Tapirapé, Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e a Reserva Indígena Xikrin do Cateté (Figura 1).

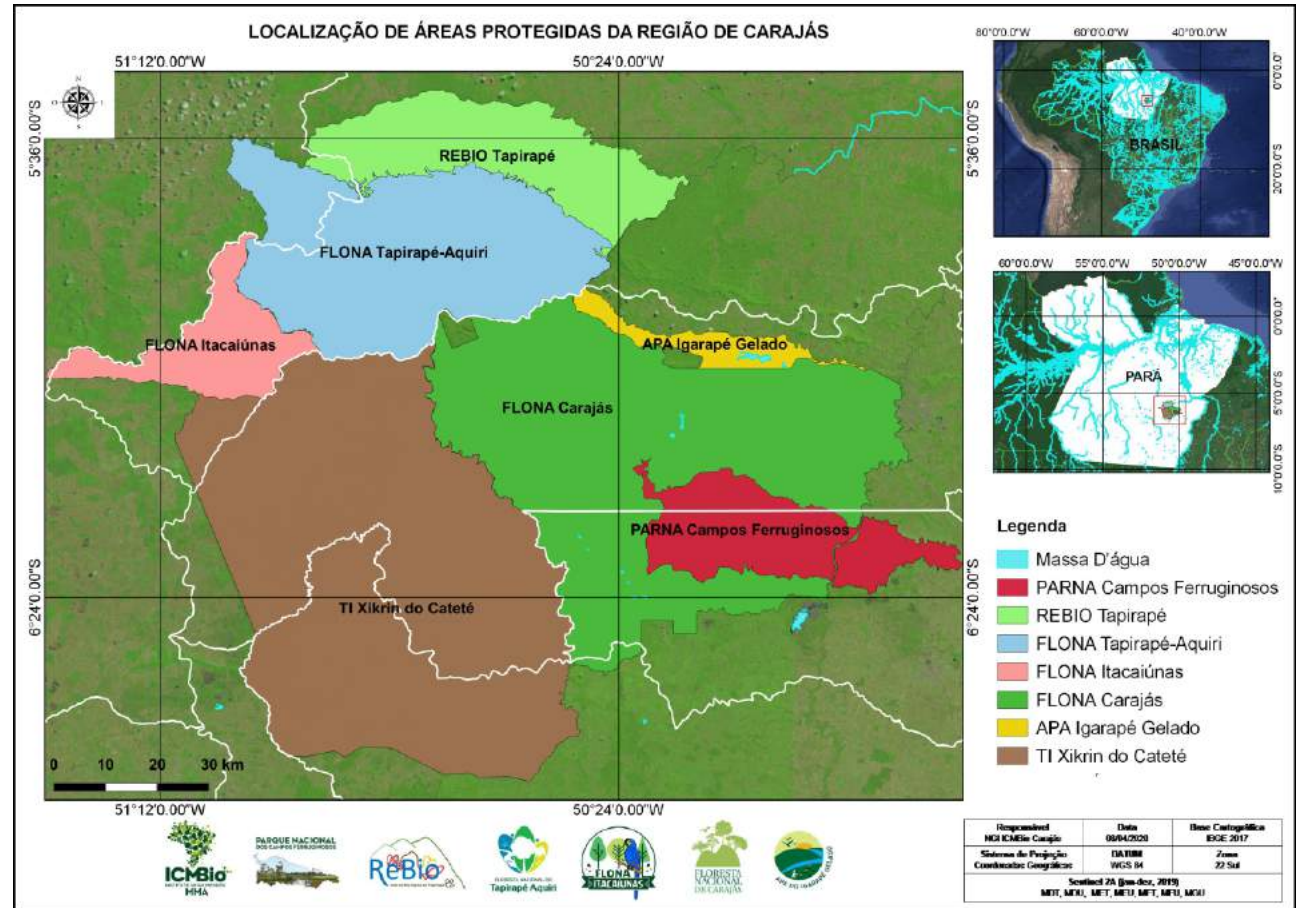


Figura 1 - Localização das unidades de conservação e da terra indígena Xikrin do Cateté, no sudeste do Pará.



Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri



Reserva Biológica do Tapirapé



Floresta Nacional de Itacaiúnas



Floresta Nacional de Carajás



Parque Nacional dos Campos Ferruginosos



Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado

A Floresta Nacional (Flona) de Carajás e a Flona do Tapirapé-Aquiri possuem no seu interior aproximadamente 33 grandes obras ou atividades licenciadas que resultam em dezenas de processos administrativos por ano, se somadas as solicitações de autorizações de supressão vegetal, autorizações diretas e autorizações de pesquisa mineral. No âmbito de cada processo, pode ser estabelecido um amplo conjunto de condicionantes ambientais, como, por exemplo, a demanda por monitoramento, estudos específicos, ações de conservação e manejo, dentre outros.

São visíveis e bem documentados os desafios referentes à convivência entre mineração e conservação no contexto das áreas protegidas do território de Carajás e entorno. No entanto, diversas estratégias e metodologias vêm sendo adotadas visando menores perdas e eventualmente maior ganho de conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental, perante o conjunto de ameaças, desafios e oportunidades, em diálogo com necessidades e demandas sociais. Busca-se o aprimoramento das ferramentas do licenciamento ambiental, como na emissão de condições específicas estabelecidas nos processos de manifestação, de modo que correspondam a ações cada vez

mais efetivas de intervenção no território.

Quando do licenciamento do empreendimento S11D, na Flona de Carajás, foram estabelecidas duas condicionantes com que se buscava uma visão sistêmica da região, para subsidiar tanto as análises de impacto ambiental como estratégias de conservação e de mitigação associadas. Um dos estudos associados a essas condicionantes foi o chamado Projeto Cenários, ou Estratégia de Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás, coordenado pelo ICMBio, e detalhadamente descrito em Martins *et al.* (2018). Com este projeto, construiu-se um desenho mais conservacionista de exploração para as áreas com geossistemas ferruginosos (cangas, com as savanas metalófilas) na UC, o que trouxe mais segurança jurídica a todos os envolvidos (VIEIRA *et al.*, 2018).

Ainda no mesmo processo de licenciamento foi prevista também como condicionante ambiental a elaboração do Plano de Conservação de Longo Prazo do Conjunto de Áreas Protegidas de Carajás, abarcando toda a região em que se inserem as unidades de conservação. Este documento foi elaborado na forma de um abrangente estudo com diagnósticos, mapeamento de vetores e prognósticos (AMPLO, 2017), coordenado pela Vale S.A., em

diálogo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e com aporte dos resultados do Projeto Cenários.

A elaboração do planejamento a partir do diagnóstico apresentado pela Vale S.A. ficou sob a responsabilidade do ICMBio. Em março de 2018 foi realizada uma oficina de planejamento, em Carajás, que contou com a participação de 34 colaboradores, entre eles gestores das UCs, servidores do ICMBio, Ibama, Serviço Florestal Brasileiro e equipe da Vale S.A.



Participantes da Oficina de Planejamento Ambiental Estratégico



TERRITÓRIO DE CARAJÁS

Os estudos que compõem o Plano de Conservação de Longo Prazo incluíram a análise da paisagem regional e proposta de melhoria da permeabilidade da matriz (Figura 2). Ficou evidenciado o isolamento do conjunto de áreas protegidas de Carajás no contexto regional, onde o território de Carajás está circundado por uma matriz de áreas antropizadas (AMPLO, 2017).

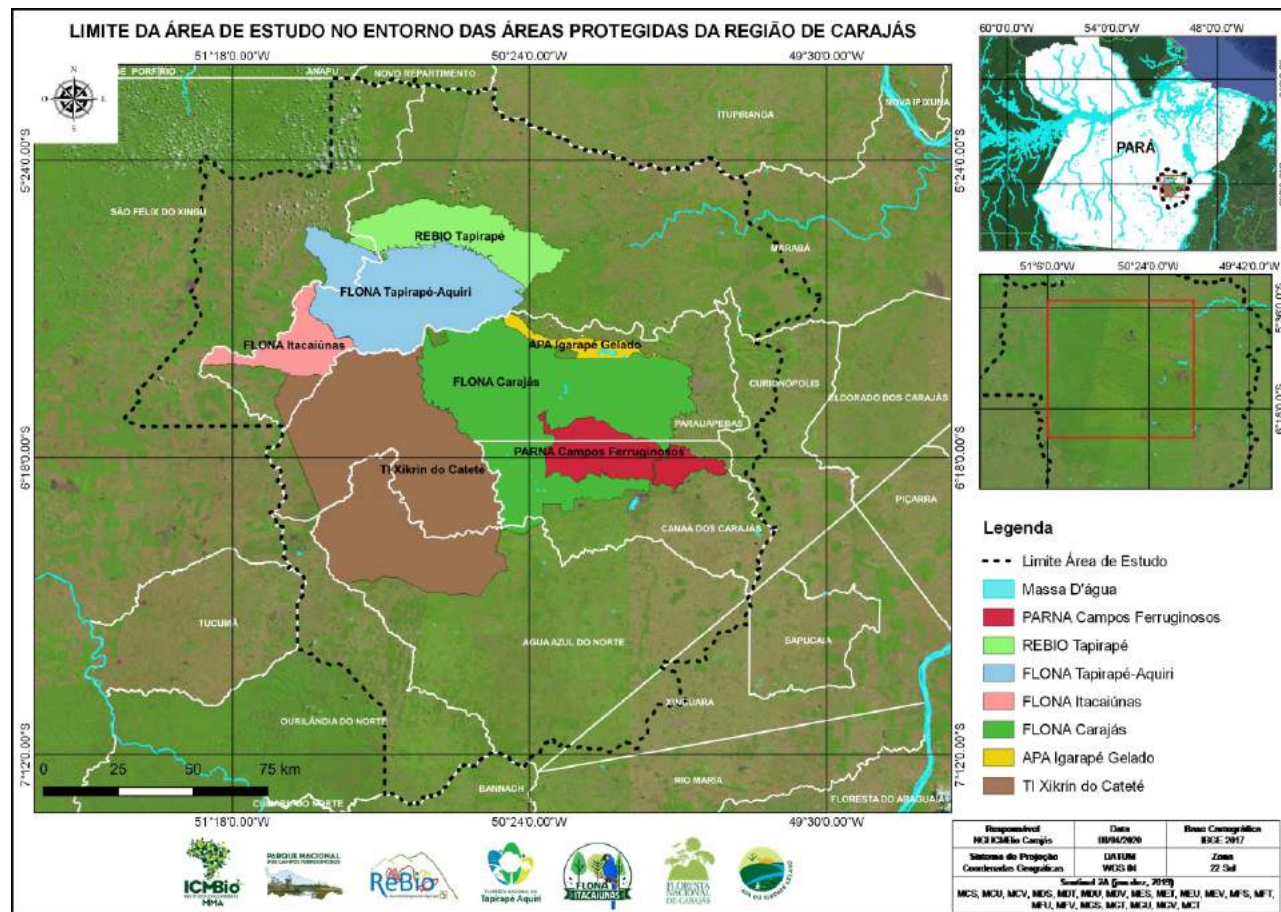



Figura 2 - Conjunto das áreas protegidas de Carajás no contexto da área de estudo do Plano de Conservação de Longo Prazo (Fonte: AMPLO, 2017).

O entorno das unidades de conservação é caracterizado por uma matriz de áreas antropizadas e um contexto de elevada vulnerabilidade social, a qual está relacionada, por exemplo, à explosão demográfica e aos conflitos fundiários derivados da implementação dos grandes projetos minerais na região e da baixa presença do Estado. Associadas a esse processo, destacam-se a evolução da atividade pecuária, a consolidação de vastas áreas de assentamentos rurais, além de pressões da atividade madeireira e garimpeira. O conjunto dessas atividades tem potencializado o processo de transformação das áreas protegidas em ilhas de vegetação nativa (AMPLO, 2017; BRASIL, 2016).

Entre os principais conflitos das atividades de mineração com a conservação da biodiversidade e acesso aos recursos naturais nas UCs do território de Carajás, podemos destacar os impactos sobre os castanhais da Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, as ameaças sobre a bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas – onde estão situadas todas as barragens dos empreendimentos minerais de Carajás – e o impacto direto sobre as cangas e os ambientes associados.



Isolamento da Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) no entorno das Unidades de Conservação

Há uma forte interação no conjunto dos empreendimentos minerais, gerando impactos sinérgicos e cumulativos que afetam vasto território, que vai muito além do conceito clássico de área de impacto direto das referidas atividades, utilizado nos processos de licenciamento ambiental. Por outro lado, também é evidente que a exploração responsável dos recursos minerais da parte dos empreendedores propicia a melhor consolidação das UCs, o que resulta em ganhos diretos para a conservação da biodiversidade. Este cenário pode ser comprovado em análise da integridade e capacidade de gestão das áreas protegidas na Amazônia, segundo dispõe o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013).

A partir dos estudos iniciais, foram traçados cenários de conservação que possibilitaram um olhar mais ampliado e integrado sobre o cenário, analisando as ameaças, oportunidades, forças e fraquezas. Como, por exemplo, o fortalecimento e potencialização da manifestação para licenciamento ambiental como ferramenta de conservação da biodiversidade e da melhoria de condições sociais na região; como lidar com as informações obtidas e com os cenários traçados; como utilizar os pontos fortes, como existência de

recursos, presença de instituições, diversidade de atores, dentre outros, para aproveitar as oportunidades e alcançar ganhos socioambientais.

A proposição e perspectiva de implementação de um Planejamento Ambiental Estratégico representam um importante desafio, uma vez que, sem perder o foco nos impactos diretos das atividades minerais no interior da UC, deve-se incorporar uma visão sistêmica dos impactos dos conjuntos dos empreendimentos minerais, com estabelecimento de ações, atividades, programas e projetos que resultem na otimização dos ganhos para biodiversidade em escala territorial no curto, médio e longo prazo. É fundamental que os impactos gerados pelo conjunto desses empreendimentos sejam observados e entendidos de forma vasta e integrada, permitindo o estabelecimento de medidas de controle efetivas e que tragam oportunidades para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental.

Como importante ponto de contato do Projeto Cenários com o Plano de Conservação de Longo Prazo, destacamos a demanda por excelência na gestão do conhecimento, de modo que as informações aportadas ao longo dos processos para o licenciamento

ambiental e pesquisas em geral sejam trabalhadas com o objetivo de qualificar progressivamente as Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) e as decisões de manejo e do licenciamento ambiental. Na gestão do conhecimento, incluem-se as condições específicas vinculadas aos empreendimentos ou atividades, que podem ser geridas para ampliar os ganhos e potencializar sinergias positivas.

PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

Os resultados do Projeto Cenários e do diagnóstico elaborado no Plano de Conservação de Longo Prazo da Região de Carajás serviram de subsídio para a elaboração participativa de uma estratégia na forma de um Plano de Ação, o Plano de Conservação Estratégico para o Território de Carajás, com a finalidade de orquestrar iniciativas no interior e no entorno das unidades de conservação. As ações foram coordenadas pela equipe do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Carajás e da Coordenação Geral de Avaliação de Impactos (CGIMP), considerando o histórico de esforços referentes à compatibilização das atividades de exploração mineral com as iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O Plano de Conservação Estratégico tem horizonte de implementação até agosto de 2024, com previsão de renovação em ciclos de 5 anos, e contará com um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), responsável pelo monitoramento anual, avaliação de desempenho e proposição de ajustes do Plano. O anexo 1 traz a Matriz de Planejamento, nos mesmos moldes dos Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas, em que constam também o detalhamento das ações por: Produto, Resultados esperados, Períodos de execução, Colaboradores, Localidades e Áreas de Relevância. Ao todo, foram definidos nove objetivos específicos abrangendo 48 ações de conservação para as áreas protegidas e entorno.

VISÃO DE FUTURO:

Ser referência nacional em conservação da biodiversidade promovendo o desenvolvimento socioambiental da região de Carajás.

OBJETIVO GERAL:

Identificar áreas prioritárias e promover a conservação da biodiversidade no território de Carajás por meio da gestão socioambiental integrada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1

Promover a integração e racionalização das ações de conservação e de gestão do uso dos recursos minerais (nas UCs que permitem atividades minerais), no território de Carajás.

2

Estabelecer um banco de informações para tomada de decisão referente ao licenciamento ambiental no território de Carajás.

3

Promover a conectividade visando reverter o processo de isolamento geográfico do conjunto de áreas protegidas de Carajás, priorizando a implementação do corredor ecológico Carajás/Bacajá.

4

Reduzir a pressão antrópica sobre o território de Carajás e melhorar a qualidade ambiental por meio de ações socioambientais.

5

Melhorar a permeabilidade da matriz por meio da diversificação das atividades produtivas.

6

Promover a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo na bacia do rio Itacaiúnas.

7

Promover a gestão de conflitos de uso e ocupação do solo envolvendo a Flona de Itacaiúnas, Parna dos Campos Ferruginosos e Flona de Carajás.

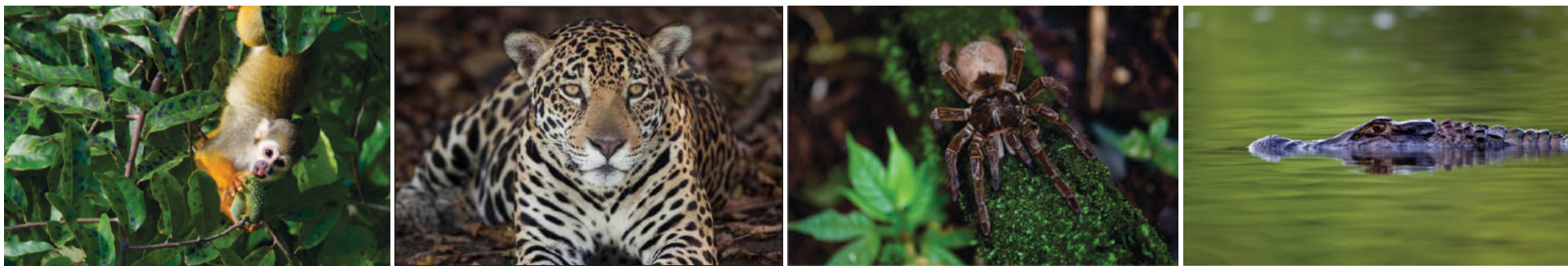
8

Fortalecer a visitação, uso público, gestão participativa e atividades de educação ambiental no território de Carajás.

9

Ampliar o estado da arte de conhecimento da região das áreas protegidas de Carajás voltado para a gestão do território.

O Plano de Conservação Estratégico para o Território de Carajás se apresenta como uma ferramenta de planejamento vital para a gestão das unidades de conservação em um contexto territorial complexo, considerando cenários de curto, médio e longo prazo, tendo como premissa a busca continuada pela mitigação das ameaças e pelo aproveitamento das oportunidades. A implementação do Plano vai permitir uma maior efetividade nos processos de licenciamento ambiental e nas ações de conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental, resultantes dos esforços de compatibilização da mineração e conservação na região de Carajás. Espera-se que o resultado do conjunto das ações possa servir de referência nacional para a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento socioambiental.



Fotos: João Marcos Rosa

Exemplares da rica biodiversidade existente no conjunto de áreas protegidas de Carajás.

REFERÊNCIAS

AMPLO ENGENHARIA E GESTÃO DE PROJETO. **Plano de Conservação de Longo Prazo para a Região de Carajás**, Belo Horizonte: Amplo, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás: Volume I - Diagnóstico**. Brasília: ICMBio, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria Coordenada em Unidades de Conservação da Amazônia**. Brasília: TCU, 2013.

MARTINS, F. D.; KAMINO, L. H. Y.; RIBEIRO, K. T. **Projeto Cenários: Conservação de Campos Ferruginosos diante da Mineração em Carajás**. Tubarão: Copiart, 2018. p. 21-38.

VIEIRA, A. L. M.; RIBEIRO, K. T.; QUIRINO, G. R. S.; LOUZADA, R., MARIZ, R.G.; MARTINS, F. D. **Mosaico Carajás: Perspectivas de Ampliação da Conservação**. In: MARTINS, F. F.; KAMINO, L. H. Y.; RIBEIRO, K. T. **Projeto Cenários Conservação de Campos Ferruginosos diante da Mineração em Carajás**. Tubarão: Copiart, 2018. p. 455-467.



PLANEJAMENTO AMBIENTAL ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

ANEXOS: DETALHAMENTO DE AÇÕES

OBJETIVO ESPECÍFICO 1

Promover a integração e racionalização das ações de conservação e de gestão do uso dos recursos minerais (nas UCs que permitem atividades minerais), no território de Carajás

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 1.1 | Realizar estudos para avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de projetos minerais implantados no território de Carajás | Estudo de avaliação dos impactos cumulativos | Conhecimento dos impactos cumulativos e sinérgicos, melhoria na análise de impactos e proposição de condicionantes | Agosto 2020 | Março 2022 | Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades, OEMAs e Funai | Território de Carajás | Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis |
| 1.2 | Realizar oficina para apresentação dos estudos de avaliação dos impactos cumulativos (previsto no item 2.2), com discussões sobre a possibilidade de elaboração de projetos integrados de gestão de impactos | Relatório do Planejamento de Ações Integradas | Integração dos projetos, otimização dos recursos e ganhos para conservação | Abril 2022 | Junho 2022 | Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades, OEMAs e Funai | Território de Carajás | Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis |
| 1.3 | Formalizar novos acordos de cooperação para gestão pactuada das condicionantes ambientais | Acordo de Cooperação Publicado | Melhoria na efetividade das condicionantes ambientais | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades e OEMAs | Território de Carajás | Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis |
| 1.4 | Incentivar a regularização das atividades de garimpagem por meio do licenciamento ambiental integrado | Atas de reuniões entre os interessados, ICMBio e os órgãos licenciadores | Compatibilização das atividades com a conservação e licença ambiental | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | ICMBio, Ibama e OEMAs | Território de Carajás | Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis |
| 1.5 | Replicar a experiência do projeto de conservação de castanha do Pará realizado pelo Salobo/Vale e ICMBio dentro do território de Carajás | Ampliação e assinatura de novos acordos | Novas áreas de restauração florestal e acompanhamento contínuo (Plan, Do, Check, Act - PDCA) em andamento | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | Salobo/Vale, Mpeg, Ufopa e Ufra | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 1.6 | Direcionar condicionantes ambientais para apoiar os Planos de Ação Nacionais (PANs), o Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio e o Plano de Pesquisa da Flona de Carajás, quando couber | Condicionantes ambientais que incorporem ações pertinentes nesses instrumentos | Melhoria na efetividade das condicionantes ambientais | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | ICMBio e Ibama | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 1.7 | Realizar inventário florestal amostral com base na metodologia do inventário florestal nacional nas UCs de Carajás | Relatório do inventário florestal | Conhecimento sistematizado da flora das UCs de Carajás | Junho 2020 | Dezembro 2021 | Serviço Florestal Brasileiro, ICMBio e Ufopa | Território de Carajás | Território de Carajás |

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

Estabelecer um banco de informações para tomada de decisão referente ao licenciamento ambiental no território de Carajás

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 2.1 | Compilar os dados de condicionantes ambientais a partir de 2010 | Planilha | Subsídio no desenvolvimento do banco de dados | Janeiro 2021 | Novembro 2021 | Gestores ICMBio (UCs, Sede e GRs), Ibama e Vale | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 2.2 | Desenvolver o banco de dados | Banco de Dados | Qualificação na tomada de decisão e otimização das ações futuras | Novembro 2021 | Agosto 2022 | ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP), Vale e Gerência Regional | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 2.3 | Desenvolver um sistema de gestão de condicionantes | Sistema | Melhoria na gestão dos processos | Novembro 2021 | Agosto 2022 | ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP), Vale e Gerência Regional | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 2.4 | Capacitar os usuários do sistema | Relatório de cursos de capacitação | Usuários treinados | Janeiro 2023 | Julho 2023 | ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP) e Gerência Regional | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 2.5 | Elaborar manual de utilização do sistema | Manual | Usuários treinados | Agosto 2022 | Dezembro 2022 | ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP) e Gerência Regional | Território de Carajás | Território de Carajás |

OBJETIVO ESPECÍFICO 3

Promover a conectividade visando reverter o processo de isolamento geográfico do conjunto de áreas protegidas de Carajás, priorizando a implementação do corredor ecológico Carajás/Bacajá

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 3.1 | Reconhecer o conjunto de áreas como "Mosaico", conforme estabelecido no Art 8º do Decreto Federal nº 4.340/2002 | Publicação do ato normativo | Reconhecimento do território de Carajás como Mosaico | Maio 2021 | Novembro 2021 | CGIMP/DIBIO | Território de Carajás | Território de Carajás |
| 3.2 | Obter informações sobre o projeto de pacto municipal para redução do desmatamento - São Félix do Xingu e seus desdobramentos | Relatório sobre a vigência e a viabilidade de parceria | Formalização de parcerias para implementação do corredor | Fevereiro 2021 | Maio 2021 | Prefeitura de São Félix do Xingu, Imaflora, TNC e Campax | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |
| 3.3 | Realizar o diagnóstico socioambiental da região Noroeste em áreas com grandes fragmentos florestais e na APP do Rio Negro | Relatório do diagnóstico | Informações necessárias para o planejamento de ações específicas | Junho 2020 | Maio 2021 | Unifesspa, Ufra, IFPA Campus Rural de Marabá, Vale e Incra | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste. | São Félix do Xingu |
| 3.4 | Elaborar proposta de corredor na APP do Rio Negro | Proposta de criação do corredor | Área do corredor delimitada e ações específicas para sua implementação elaboradas | Janeiro 2020 | Agosto 2020 | Vale, UFT e Marcelo Lima Reis | Assentamento Lindoeste | São Félix do Xingu |
| 3.5 | Elaborar e submeter projeto para captação de recursos via Fundo Amazônia (recuperação da cobertura vegetal) | Projetos submetidos | Obtenção do recurso para implementação do projeto | Janeiro 2020 | Maio 2021 | Vale, Funtec-DF, Ufra e Unifesspa | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |
| 3.6 | Estabelecer interlocução com o Incra sobre o interesse institucional na formação do corredor na região Noroeste | Documento oficial | Não instalação de novos assentamentos na região Noroeste | Janeiro 2020 | Março 2021 | MMA, COCUC e Funai | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |
| 3.7 | Intensificar as ações de fiscalização na área do corredor ecológico | Relatório de fiscalização | Redução das atividades ilegais | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | Ibama, Exército, PRF, BPA, Vale, Prefeituras e Semma | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |
| 3.8 | Incentivar a criação de RPPNs ou outras categorias na região Noroeste | Proposta de criação de RPPN ou outra categoria de UC na região | Propostas encaminhadas | Junho 2020 | Novembro 2021 | Proprietários das áreas, Incra, Estado e Prefeitura | Propriedades na região nordeste do território de Carajás | São Félix do Xingu |
| 3.9 | Articular com a Agência Nacional de Mineração (ANM), prefeituras de Marabá e de São Félix do Xingu e Semma sobre o interesse do ICMBio na conservação da área frente aos requerimentos de lavra garimpeira | Documento oficial e relatório descritivo dos requerimentos de lavra | Evitar exploração mineral na área de interesse para conservação | Janeiro 2020 | Março 2020 | ANM, prefeituras, Conselho da Rebio do Tapirapé e Funai | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste | São Félix do Xingu |
| 3.10 | Incentivar o desenvolvimento de projetos de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e pecuária sustentável nos assentamentos Lindoeste e Sudoeste | Projetos implantados nas áreas alvo | Melhoria da matriz florestal | Junho 2020 | Dezembro 2024 | Embrapa, Prefeitura de São Félix do Xingu, Associações, Cooperativas e lideranças nos assentamentos e Incra | Assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |
| 3.11 | Elaborar Plano de Educação Ambiental e comunicação institucional com as comunidades da área proposta para o corredor atendendo as diretrizes institucionais | Plano de Educação Ambiental | Captação de projetos e parcerias para implementação de ações do plano | Junho 2020 | Junho 2021 | Unifesspa e Ibama | Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste | São Félix do Xingu |

OBJETIVO ESPECÍFICO 4

Reduzir a pressão antrópica sobre o território de Carajás e melhorar a qualidade ambiental por meio de ações socioambientais

| N° | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 4.1 | Ampliar o Programa de agroextrativismo no entorno das UCs (projeto de incentivo à geração rural/produção de renda, evitando a abertura de novas áreas e recuperando áreas degradadas no interior das propriedades) | Projeto Agroextrativismo, relatório de atividades e registro fotográfico. | Diminuição da degradação das áreas, garantia da segurança alimentar, geração de renda e melhoria da qualidade de vida | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | Gestores das UCs de Carajás, Vale, Embrapa, Ideflor-Bio, IFPA Campus Rural de Marabá, Ufra, Secretarias Municipais de Agricultura Seagri, Semagri, Sempror e Sedap | Propriedades no entorno das UCs do território de Carajás e interior da APA do Igarapé Gelado | Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas e Canaã dos Carajás |
| 4.2 | Consultar junto ao Incra o status de criação do Projeto de Assentamento Novo Oeste e articular a implantação de um projeto de assentamento sustentável | Documentos oficiais entre as Instituições | Subsídios para elaboração e implantação de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) | Fevereiro 2020 | Dezembro 2020 | Gerente Regional 04, Associações de Produtores, Comissão Pastoral da Terra, Incra, Imãflora, ONGs (TNC, outras), Fetagri e Fetraf | Bacia do Rio Negro | São Félix do Xingu |

OBJETIVO ESPECÍFICO 5

Melhorar a permeabilidade da matriz por meio da diversificação das atividades produtivas

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 5.1 | Articular as parcerias novas para ampliação do Projeto de Agroextrativismo (SAFs) no território de Carajás | 100 ha de áreas implantadas | SAF implementado nas novas áreas | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | ICMBio e Instituições parceiras | Entorno das UCs | Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas |
| 5.2 | Ampliar as parcerias já existentes (SAF, Projeto Agroextrativismo e APA) para dar continuidade às ações em andamento | Relatório de avaliação dos projetos de SAFs | Avaliação e ampliação de SAFs já implantados e avaliação contínua (Plan, Do, Check, Act - PDCA) dos projetos em andamento | Janeiro 2020 | Dezembro 2024 | ICMBio e Intituições parceiras | Entorno das UCs | Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás e APA do Igarapé Gelado |
| 5.3 | Elaborar e divulgar material sobre os SAFs, atendendo as diretrizes institucionais da educação ambiental | Cartilha, vídeos, e banner | Maior adesão ao programa SAFs | Junho 2020 | Dezembro 2024 | Universidades, ONG, PPP, Vale, DCOM/ICMBio e DISAT/ICMBio | Entorno das UCs | Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas |
| 5.4 | Incentivar a estruturação de novas cadeias produtivas estratégicas como alternativas à pecuária extensiva | Diagnóstico das cadeias produtivas | Diversificação e melhoria da produção rural, agregação de valor e melhoria da qualidade ambiental do entorno | Agosto 2020 | Dezembro 2021 | UFT, Unifespa, Vale, Associações e Cooperativas locais | Entorno das UCs | Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas |
| 5.5 | Estimular pesquisas direcionadas a temática de SAFs, rotação de pastagem, agrosilvopastoril, no território de Carajás | Artigos, dissertações, teses e publicações | Formação de pessoal especializado, geração e difusão de conhecimento, aplicação dos produtos gerados e fortalecimento das parcerias | Janeiro 2021 | Dezembro 2024 | Universidades, ONG, PPP, Vale, DISAT/ICMBio, Diblio/ICMBio e Ibama | Entorno das UCs | Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas |

OBJETIVO ESPECÍFICO 6

Promover a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo na bacia do rio Itacaiúnas

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 6.1 | Mobilizar a sociedade para implementar o Comitê de Bacia do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Publicação de Portaria de criação do Comitê | Garantia da gestão da bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas | Janeiro 2021 | Dezembro 2022 | Vale, Prefeituras, MPE e Associações | Bacias do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Água Azul do Norte |
| 6.2 | Diagnóstico socioeconômico e de uso do solo com mapeamento dos principais contribuintes e nascentes da bacia do rio Itacaiúnas | Relatório | Maior conhecimento da bacia | Janeiro 2021 | Janeiro 2022 | Unifesspa, Ufra, Vale-ITV, Prefeituras, Proprietários e Casa da Cultura de Marabá | Bacia do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Água Azul do Norte |
| 6.3 | Monitorar a qualidade dos cursos d'água da bacia do rio Itacaiúnas no território de Carajás | Relatórios de monitoramento de qualidade das águas | Manutenção da qualidade dos cursos d'água assegurado | Janeiro 2021 | Dezembro 2024 | Vale, gestores das UCs envolvidas, CGIMP, Ibama e Prefeituras | Bacia do rio Itacaiúnas | Território de Carajás |
| 6.4 | Articular ações de fiscalização em conjunto nas áreas de APP nas nascentes dos principais tributários do rio Itacaiúnas | Relatórios de fiscalização | Redução das atividades ilegais | Junho 2020 | Dezembro 2024 | Ibama, Exército, PRF, BPA, Vale, Prefeituras, Semma e MPF | Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Água Azul do Norte |
| 6.5 | Incentivar a recuperação de mata ciliar nas nascentes dos rios Itacaiúnas e Parauapebas | Projetos de recuperação da mata ciliar | Mata ciliar recuperada | Janeiro 2021 | Dezembro 2024 | Vale, Prefeituras de Água Azul do Norte, Xinguara, Canaã dos Carajás e Parauapebas e proprietários | Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Água Azul do Norte |
| 6.6 | Capacitar os parceiros para gestão da Bacia do rio Itacaiúnas | Cursos de capacitação | Parceiros capacitados para gestão da bacia | Junho 2020 | Dezembro 2024 | Unifesspa e Vale-ITV | Bacia do rio Itacaiúnas | Território de Carajás |
| 6.7 | Capacitar os Conselhos Consultivos das Unidades na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) | Cursos de capacitação | Integração dos Conselhos na gestão de recursos hídricos | Janeiro 2021 | Dezembro 2024 | Conselhos, Prefeituras, ANA e Divisão de Educação Ambiental (CGSAN) | Território de Carajás | Água Azul do Norte |
| 6.8 | Elaborar plano de educação ambiental e comunicação institucional com as comunidades na área de nascentes do rio Itacaiúnas atendendo as diretrizes institucionais | Plano de Educação Ambiental | Captação de projetos e parcerias para implementação de ações do plano | Junho 2020 | Junho 2021 | Unifesspa e Ibama | Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas | Água Azul do Norte |

OBJETIVO ESPECÍFICO 7**Promover a gestão de conflitos de uso e ocupação do solo envolvendo a Flona de Itacaiúnas, Parna dos Campos Ferruginosos e Flona de Carajás**

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 7.1 | Promover a regularização fundiária do Parna dos Campos Ferruginosos | Documento Oficial de registro | Integridade fundiária do Parque | Janeiro 2020 | Janeiro 2022 | Vale, DISAT, Incra, Associações dos Produtores Rurais e Fetagri | Parna dos Campos Ferruginosos | Parna dos Campos Ferruginosos |
| 7.2 | Planejar a regularização fundiária da Flona de Itacaiúnas na porção não sobreposta com a Flona do Tapirapé-Aquiri | Plano de regularização fundiária da Flona | Avanço na regularização da Flona de Itacaiúnas | Janeiro 2020 | Dezembro 2023 | ICMbio Carajás, DISAT, Prefeitura de Marabá e Sindicato dos Produtores Rurais | Porção não sobreposta da Flona de Itacaiúnas com a Flona do Tapirapé-Aquiri | Flona de Itacaiúnas |
| 7.3 | Planejar a regularização fundiária da Flona de Carajás (Ilha do gelado e Fazenda do Milton Ribeiro de Oliveira) | Plano de regularização fundiária da Flona e Termos de acordo com os ocupantes | Refinamento dos limites da Flona de Carajás, definição da manutenção dessas áreas dentro da Flona de Carajás e mitigação de conflitos atuais | Janeiro 2020 | Janeiro 2022 | DCOL | Ilha do gelado e Fazenda do Milton Ribeiro de Oliveira | Flona de Carajás |

OBJETIVO ESPECÍFICO 8

Fortalecer a visitação, uso público, gestão participativa e atividades de educação ambiental no território de Carajás

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 8.1 | Elaborar o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do ICMBio Carajás | PPPEA | Organização e potencialização das atividades de educação ambiental que vão ocorrer no território | Junho 2020 | Dezembro 2021 | DGPEA/CGSAM/ICMBio - Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, Ibama, Gestores das UCs de Carajás, Vale, Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, Centro de Educação Ambiental de Parauapebas, escolas e Universidades locais | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 8.2 | Elaborar Atlas Socioambiental da região de Carajás | Atlas Socioambiental | Visão integrada dos atributos ambientais, econômicos e sociais da região do território de Carajás | Janeiro 2021 | Janeiro 2022 | Gestores das UCs de Carajás, Vale, Universidades e Prefeituras locais | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 8.3 | Elaborar Plano de visitação e uso público para o território de Carajás | Plano de visitação e uso público para o território de Carajás | Gestão da visitação e uso público no território de Carajás | Janeiro 2021 | Dezembro 2024 | Gestores das UCs de Carajás, Vale, Universidades e prefeituras locais, Cooperativas e Associações de turismo da região | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 8.4 | Promover reunião integrada ou encontro de todos os Conselhos das UCs do ICMBio Carajás para apresentar os resultados da Oficina de Planejamento Ambiental Estratégico | Plano de Ação do Conselho | Aprovação e gestão participativa na execução do planejamento do território de Carajás | Dezembro 2020 | Mai 2021 | Gestores das UCs de Carajás e Conselhos Consultivos | ICMBio Carajás | Território de Carajás |

OBJETIVO ESPECÍFICO 9**Ampliar o estado da arte de conhecimento da região das áreas protegidas de Carajás voltado para a gestão do território**

| Nº | Ação | Produto | Resultados esperados | Período | | Colaboradores | Localização | |
|-----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------|
| | | | | Início | Fim | | Localidades | Área de relevância |
| 9.1 | Elaborar plano de pesquisa para indicação de diretrizes e estudos necessários para gestão e conservação do NGI ICMBio Carajás | Plano de pesquisa | Planejamento das prioridades de pesquisa | Janeiro 2020 | Setembro 2020 | Gestores das UCs do território de Carajás, Universidades, Municípios, Vale e Instituições de pesquisa | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 9.2 | Articular condições e parcerias necessárias à realização das pesquisas indicadas no Plano | Acordos e Termos de cooperação | Viabilização das pesquisas | Outubro 2020 | Janeiro 2021 | CGPEQ, Vale, Universidades, Centros, Gestores das UCs do território de Carajás e Instituições de pesquisa e fomento | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 9.3 | Realizar as pesquisas prioritárias | Publicações | Ampliação do estado da arte e subsídios à gestão | Novembro 2020 | Dezembro 2024 | ICMBio, Vale, Universidades, Centros, Pesquisadores e Gestores das UCs do território de Carajás | ICMBio Carajás | Território de Carajás |
| 9.4 | Promover a ampliação e reformas das Bases Bacaba e Pena Branca para atender as equipes de pesquisadores, monitoramento da biodiversidade e Educação Ambiental | Bases reformadas | Viabilização das pesquisas | Junho 2020 | Junho 2021 | ICMBio e Vale | Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri | Território de Carajás |

AGRADECEMOS A VALIOSA CONTRIBUIÇÃO

Bianca Barbi Chaves Carvalho Mroginski – DGINF/CGIMP

Daniel Eugênio Araújo Teixeira Côrte – DMA/CGIMP

Fátima Pires de Almeida Oliveira – DGINF/CGIMP

Fernanda Franco Bueno Bucci – Ibama/MMA

Frederico Drumond Martins – ICMBio

Glenda Rafaela de Sousa Quirino – Funtec/DF

Izabel Freitas Brandão – UnB

Manoel Delvo Bizerra dos Santos – NGI Carajás

Marcel Regis Moreira da Costa Machado – NGI Carajás

Marcelo Marcelino de Oliveira – ICMBio

Márcia Regina Back Bueno – CGIMP

Marcus Vinicius Mendonça – NGI Carajás

Mery Helen Cristine da Silva Moraes – Funtec/DF

Nathan de Castro Soares Simplício – DMA/CGIMP

Raimundo Façanha Guedes – NGI Carajás

Renan Smith Penido Louzada – COESP/CGCON

Silvia Mara Coelho Guimarães – CGIMP

Sinara da Silva Albuquerque – SEMPROR

Sandré Silva dos Santos – UEPA

Umberto de Souza Baldan – NGI Carajás

Vitor Garcia Neto – NGI Carajás

Realização:



Apoio:



Contatos DIBIO/ CGIMP

Coordenação Geral de Avaliação de Impactos - CGIMP

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO

cgimp@icmbio.gov.br

(61) 2028-9065 / (61) 2028-9520

Ministério do
Meio Ambiente



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

